



**ENAN  
PUR** 2023  
Belém 22 a 26 de maio



## Expressividades dos invisíveis: Morar, trabalhar e viver no Centro do Rio de Janeiro<sup>1</sup>

**Bruna Ribeiro**

IPPUR/Observatório das Metrôpoles

**Beatriz Terra**

IPPUR/Observatório das Metrôpoles

**Tarcyla Fidalgo**

Observatório das Metrôpoles

### Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

**Resumo:** O anúncio da cidade do Rio de Janeiro como sede dos megaeventos mundiais marca uma trajetória de transformações na qual uma nova concepção de planejamento se consolida como solução aos desafios postos à realização dos Jogos. Nesse cenário, forma-se um Comitê Popular - com a participação de diversas instituições e movimentos sociais - que evidencia o descumprimento dos direitos previstos aos mais pobres, trazendo à tona a opressão do poder público ao impor o projeto de elitização do centro com a conseqüente expulsão das classes populares que historicamente ocupam a região como local de moradia, trabalho, lazer, cultura e memória. O presente artigo, dentro deste contexto, trabalha (i) a dimensão da invisibilidade, que se traduz tanto na ausência de dados oficiais e/ou na conseqüente insuficiência de políticas públicas voltadas para esta realidade; e (ii) a violência e repressão do Estado com grupos sociais vulnerabilizados, sejam os moradores de ocupações, a população em situação de rua ou os trabalhadores ambulantes (que ainda assim, por décadas, resistem e disputam sua permanência no centro e os desejos por uma cidade mais inclusiva), procurando entender as inter-relações entre esses grupos.

*Palavras-chave:* Ocupações; população em situação de rua; trabalhadores ambulantes; Rio de Janeiro

### Tradução do título em inglês

**Abstract:** The announcement of the city of Rio de Janeiro as the host of world mega-events marks a trajectory of transformations in which a new concept of planning is consolidated as a solution to the challenges posed by the Games. In this scenario, a Popular Committee is formed - with the participation of various institutions and social movements - which highlights the non-compliance with the rights provided to the poorest, bringing to light the oppression of the public power by imposing the project of elitization of the center with the consequent expulsion of the popular classes that historically occupy the region as a place of residence, work, leisure, culture and memory. This article, within this context, deals with (i) the dimension of invisibility, which translates both into the absence of official data and/or the consequent insufficiency of public policies aimed at this reality; and (ii) the violence and repression of the State with vulnerable social groups, whether residents of occupancies, the homeless population or street vendors (who still, for decades, resisted and disputed their permanence in the center and the desire for a more inclusive city), seeking to understand the interrelationships between these groups.

*Keywords:* Occupancy; homeless; street vendors; Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> A presente pesquisa integra o projeto "Informalidades e llegalismos e seus impactos no associativismo e na produção dos territórios populares" apoiado pela Ford Foundation.

## Tradução do título em espanhol

**Resumen.** *El anuncio de la ciudad de Río de Janeiro como sede de megaeventos mundiales marca una trayectoria de transformaciones en la que se consolida un nuevo concepto de planificación como solución a los desafíos que plantean los Juegos. En este escenario, se conforma un Comité Popular -con la participación de diversas instituciones y movimientos sociales- que denuncia el incumplimiento de los derechos otorgados a los más pobres, sacando a la luz la opresión del poder público al imponer el proyecto de elitización de los el centro con la consiguiente expulsión de las clases populares que históricamente ocupan la región como lugar de residencia, trabajo, ocio, cultura y memoria. Este artículo, en ese contexto, trata (i) la dimensión de la invisibilidad, que se traduce tanto en la ausencia de datos oficiales como en la consecuente insuficiencia de políticas públicas dirigidas a esta realidad; y (ii) la violencia y represión del Estado con grupos sociales vulnerables, ya sean residentes de ocupaciones, población en situación de calle o vendedores ambulantes (que aún, por décadas, resistieron y disputaron su permanencia en el centro y el anhelo de una ciudad más incluyente). ), buscando comprender las interrelaciones entre estos grupos.*

*Palabras clave:* Ocupaciones; población sin hogar; vendedores ambulantes; Rio de Janeiro.

### 1. Introdução

O anúncio da cidade do Rio de Janeiro como sede dos megaeventos mundiais marca uma trajetória de transformações na qual uma nova concepção de planejamento, o chamado planejamento estratégico, se consolida como solução aos desafios postos à realização dos Jogos. Nesse período, em que um novo projeto de cidade ganha força, o então prefeito Eduardo Paes (2009-2016) apostou na modernização da zona portuária como intervenção prioritária. A Prefeitura prometeu “revitalizar” a região e anunciou um pacote de mudanças e investimentos que buscavam transformar o centro, colocando em curso a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, gerida pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro – CDURP. A Operação Urbana envolveu obras e serviços em toda a região do porto, por meio do que foi considerada a maior parceria público privada do país, vencida pelo Consórcio Porto Novo (integrado pelas empresas Odebrecht Infraestrutura, OAS e Carioca Christiani Nielsen Engenharia).

Diante do pacote de transformações anunciado e em resposta à ausência da participação popular nas ações implementadas pela OUC Porto Maravilha, ocorre uma articulação entre a universidade, os movimentos sociais atuantes no Centro e a sociedade civil organizada, na tentativa de incidir, reivindicar e democratizar as intervenções propostas – além do fundamental papel das denúncias às violações de direito cometidas pelo Estado no curso acelerado das transformações urbanas. Como fruto desse processo forma-se o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas<sup>1</sup>, que visibilizava o descumprimento dos direitos previstos aos mais pobres, trazendo à tona a opressão do poder público ao impor o projeto de elitização do centro com a consequente expulsão das classes populares que historicamente ocupam a região como local de moradia, trabalho, lazer, cultura e memória.

O Comitê Popular produziu relatórios fundamentais de denúncia, os chamados Dossiês, que contavam com a participação do Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ), do Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES), da Central de Movimentos Populares (CMP), do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), e outras organizações de defesa do direito à cidade. Diante de tamanha soma de esforços, as denúncias indicavam a pertinência de um levantamento mais abrangente sobre as condições de trabalho e moradia na região central. Dessa maneira, o INCT Observatório das Metrôpoles por meio do grupo de Pesquisa Direito à Cidade, inicia o projeto de extensão “Morar, Trabalhar e Viver no Centro: mobilizações e ações de promoção do direito à cidade na área central do Rio de Janeiro” com o objetivo de mapear e dar visibilidade às situações de moradia e trabalho no centro; denunciar situações de violações de direitos sociais e promover ações de exigibilidade do direito à cidade, com foco na questão das ocupações urbanas, dos cortiços, trabalhadores ambulantes e posteriormente, da população em situação de rua. O projeto é executado conjuntamente pelo laboratório de pesquisa Direito à Cidade

(IPPUR/UFRJ) - com interface extensionista e atrelado ao Núcleo Nacional do Observatório das Metrôpoles<sup>ii</sup>- e a Central de Movimentos Populares (CMP).

Em 2015 iniciaram-se as pesquisas sobre moradia e trabalho construídas com movimentos sociais atuantes na região central, a CMP e o MUCA respectivamente, com a finalidade de produzir um enfrentamento à política de ordenamento urbano pautada pelo poder público. O presente artigo é fruto do acúmulo das pesquisadoras que integram o laboratório e fazem parte do Projeto Morar, Trabalhar e Viver no Centro, contribuindo, dentre outros temas, nas análises sobre o trabalho ambulante, a população em situação de rua e as ocupações e cortiços da região central do Rio de Janeiro. Tendo como base a produção de levantamentos e pesquisas do Projeto, que identificam as condições de vida dos pobres urbanos, é patente observar os entrelaçamentos entre os três temas que serão aqui apresentados: moradia, trabalho ambulante e população em situação de rua.

Os temas apresentam como nexos aglutinadores não apenas a identificação dos pobres urbanos e a necessidade de ocuparem o centro da cidade, mas a constatação do aspecto da vulnerabilidade nas condições de vida, moradia e trabalho. Conforme os resultados obtidos por meio das pesquisas já realizadas e em curso, além da vulnerabilidade, dois outros aspectos são elementos comuns identificados em suas realidades: (i) a invisibilidade, que se traduz tanto na ausência de dados oficiais e/ou na conseqüente insuficiência de políticas públicas voltadas para esta realidade; (ii) a violência e repressão do Estado - seja com os moradores de ocupações, com a população em situação de rua ou com os trabalhadores ambulantes -, que ainda assim, por décadas resistem e disputam sua permanência no Centro e os desejos por uma cidade mais inclusiva.

Dito isto, o artigo pretende apresentar a pesquisa Morar, Trabalhar e Viver no Centro tendo como eixos de análise os dois aspectos acima mencionados, que perpassam os temas da moradia, do trabalho ambulante e da população em situação de rua. Os resultados, ainda que preliminares, permitem a identificação de características entre os grupos analisados, mostrando que as intervenções urbanas planejadas e executadas na região central, marcadas por processos de embelezamento e por tentativas de elitização, ocorrem na contraposição ao reconhecimento do Centro como local estratégico de experimentação do direito à cidade para as classes populares.

## 2. Metodologia

A pesquisa do Grupo Direito à Cidade do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Rio de Janeiro é realizada com e a partir do trabalho de diferentes grupos sociais supracitados: CMP, MUCA, moradores das ocupações espontâneas, trabalhadores ambulantes e população em situação de rua. Dessa forma, foram necessárias diferentes metodologias para desenvolvimento das pesquisas, considerando as especificidades de cada atividade de investigação.

Partimos da concepção metodológica de Howard Becker (1997) que compreende que as soluções metodológicas devem levar em conta as peculiaridades de cada grupo, cada território. Ou seja, “temos que adaptar os princípios gerais à situação específica que temos em mãos.” (BECKER, 1997, p. 12). Portanto, o leitor poderá perceber que cada dimensão deste trabalho possui recursos e etapas metodológicas diferentes, buscando abarcar as questões de cada grupo social.

Outra concepção metodológica que perpassa todas as dimensões deste trabalho é a observação participante, principalmente nos moldes apresentados por Magnani (2002), do *olhar de perto e de dentro* dos moradores e dos trabalhadores do Centro do Rio de Janeiro, em oposição ao que ele denomina como o *olhar de longe e de fora*<sup>iii</sup>:

A simples estratégia de acompanhar um desses “indivíduos” em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados

como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc. É neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos. (MAGNANI, 2002, p.17)

Importante ressaltar ainda que a cartografia, método utilizado nas três atividades de pesquisa abarcadas aqui – ocupações, população em situação de rua e trabalho ambulante-, é baseada na ideia de construção de um mapa como método processual de pesquisa de Deleuze e Guattari, apresentada no primeiro volume de *Mil Platôs*. Os autores discutem que “o mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente.” (Deleuze; Guattari, 1996, p.21).

Postas essas premissas, apresentamos as soluções metodológicas de cada dimensão deste trabalho. A pesquisa com as ocupações, na dimensão do *Morar no Centro*, está sendo desenvolvida em cinco etapas: (i) o mapeamento das ocupações existentes na área central; (ii) levantamento da situação jurídica das ocupações mapeadas; (iii) realização de entrevistas e ciclo de conversas com representantes das ocupações espontâneas; (iv) elaboração de cartografia; e (v) encontro de devolutiva com as ocupações.

O mapeamento foi feito a partir de quatro bases de dados: a pesquisa Prata Preta, de mapeamento de cortiços na região central do Rio Janeiro, realizada por este mesmo grupo entre 2015 e 2019; os dados da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, especificamente do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH); dados da Campanha Despejo Zero; e, por fim, dados sobre as ocupações organizadas e/ou acompanhadas pela CMP, que foram visitadas pelos pesquisadores e obtidos com as lideranças de cada uma das ocupações. A partir do contato com a CMP foram também mapeadas ocupações espontâneas, ou seja, que não foram organizadas por movimentos sociais e são autogestionadas. O levantamento da situação jurídica das ocupações ocorreu após o mapeamento e durante o início das visitas, já que os moradores geralmente sabem quem é o proprietário registral do edifício ocupado e estas informações podem ser confirmadas nos autos dos processos, em sua maioria acompanhados pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, através do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH).

Posterior ao mapeamento foi agendada uma reunião, articulada pela CMP, entre o grupo de pesquisadores que compõem as pesquisas aqui apresentadas e os moradores das ocupações espontâneas sistematizadas. Dessa reunião, foram planejadas visitas às ocupações, alinhando datas e horários com os moradores e lideranças. No total foram identificadas 58 ocupações na região central e 25 foram visitadas, onde realizamos conversas e entrevistas semiestruturadas com os moradores. As visitas ainda estão em curso, porém já foram gerados dados capazes de subsidiar a cartografia proposta, que será composta por um mapa interativo das ocupações espontâneas do centro do Rio de Janeiro, reunindo algumas informações básicas sobre a situação de cada uma delas.

Ao realizarmos as primeiras visitas, esbarramos em uma situação de urgência e extrema precariedade vivenciada pelos moradores. Dessa maneira, o Laboratório de Pesquisa Direito à Cidade, a partir de uma perspectiva de atuação militante no território, optou por levantar recursos<sup>iv</sup> para realização de obras emergenciais em oito das ocupações, que estão programadas para acontecer em janeiro de 2023. Essa medida tornou-se uma etapa da pesquisa e está ancorada na perspectiva de intervenção de Becker:

O estudo observacional também torna possível ir além do problema conforme originalmente concebido por aqueles membros do grupo que queriam ajuda e descobrir outros problemas que, a partir de um ponto de vista diferente do deles, requerem ou justificam intervenção. (BECKER, 1997, p.131).

A última etapa, um encontro de devolutiva – que consiste na apresentação e validação das informações levantadas pela pesquisa com os moradores das ocupações, bem como marcar o início da realização das obras – está marcada para acontecer também no mês de janeiro de 2023.

Na dimensão do *Trabalhar no Centro*, o estudo sobre os trabalhadores ambulantes do Centro do Rio de Janeiro está sendo realizado com o MUCA e conta com três etapas. A primeira, que está sendo finalizada, consiste na realização de uma contagem geral dos ambulantes em regiões específicas da área central, com o objetivo de observar a magnitude do trabalho informal e o número de pessoas que exercem a atividade camelô. As ruas e horários para realização do trabalho de campo foram indicados pelo MUCA, e a atividade é realizada por quatro pesquisadores, sendo dois integrantes do MUCA e duas pesquisadoras do Núcleo de Pesquisa Direito à Cidade. Contar com pesquisadores do movimento social, que atuam como ambulantes na região central, incide sobre a densidade das análises e busca enfrentar o insulamento entre a academia e a produção orgânica de conhecimento dos movimentos sociais.

A segunda etapa será a análise e cruzamento dos dados obtidos por meio da contagem e a posterior elaboração de tipologias do trabalho informal. A partir disso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com um representante de cada tipologia elaborada, com objetivo de identificar as condições de trabalho, a circulação da riqueza e as interconexões entre o informal e o formal. A terceira e última etapa compreende a geração de uma cartografia do trabalho informal no Centro do Rio de Janeiro.

Por fim, na dimensão do *Viver no Centro*, a pesquisa da população em situação de rua ocorre em quatro etapas: (i) entrevistas semiestruturadas com pessoas em situação de rua; (ii) mapeamento de grupos que realizam trabalhos com e para a população em situação de rua, que denominamos mediadores, com a realização de entrevistas semiestruturadas; (iii) levantamento de notícias do jornal O Globo (impresso) desde 2009 até junho de 2022; (iv) produção de cartografia da população em situação de rua no Rio de Janeiro.

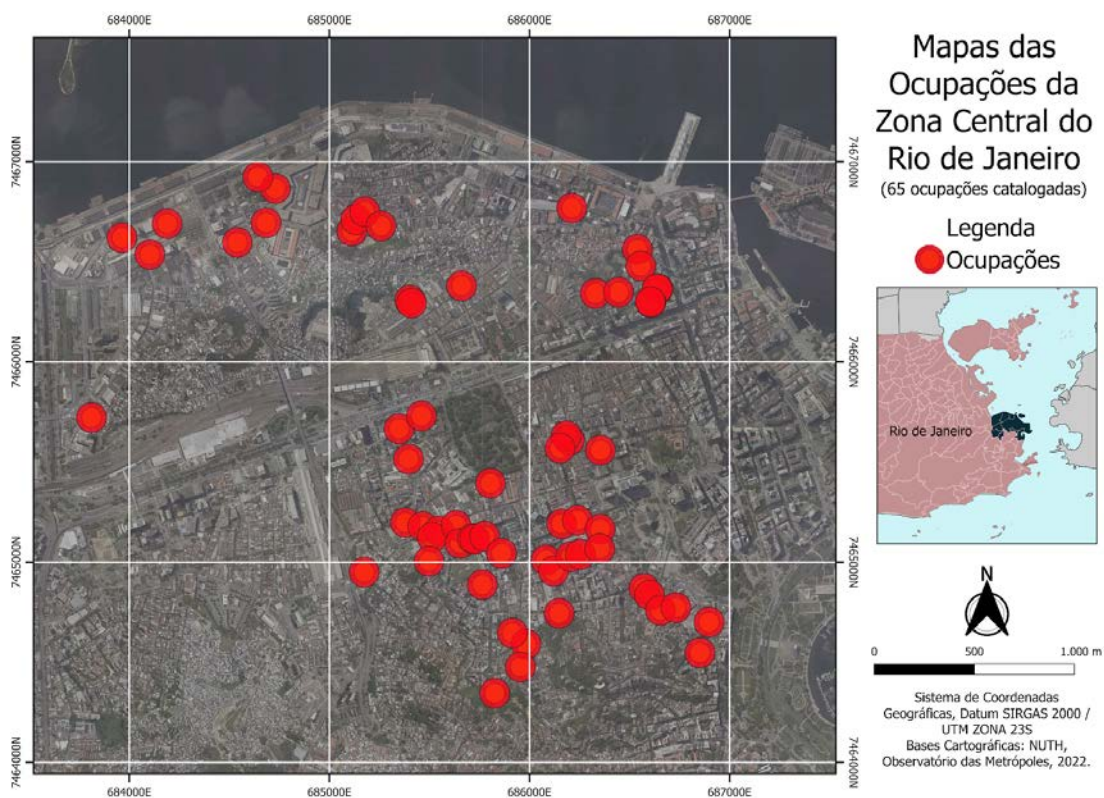
As três primeiras etapas foram realizadas de forma simultânea, no primeiro e segundo semestre de 2022. A pesquisa de campo e o levantamento de notícias de jornal foram feitos por duas pesquisadoras e uma assistente social. Por último, a partir da análise desses dados, está em curso a produção de uma cartografia.

As próximas seções deste artigo tratarão das três dimensões - do morar, trabalhar e viver no Centro do Rio de Janeiro - a partir dos aspectos da invisibilidade e da violência de Estado, apresentando as questões gerais que atravessam as temáticas e os grupos sociais que as compõem.

### **3. A expressividade dos invisíveis**

Apesar da proliferação de discursos e narrativas sobre o abandono da região central do Rio de Janeiro e a suposta necessidade de sua revitalização (WERNECK, 2016), o número de famílias que têm a área central como sua moradia é bastante elevado. Em geral constituída por pessoas de baixo poder aquisitivo, a população residente na área central da cidade vê na região a possibilidade de ter acesso a infraestruturas urbanas básicas, equipamentos de transporte, saúde e educação, além dos mercados de trabalho formal e informal que pulsam na região.

O aparente abandono de muitas construções, públicas e privadas, esconde dezenas de ocupações e cortiços, que podem abrigar de 5 a 300 famílias, de caráter absolutamente heterogêneo. A estimativa da pesquisa é de que existam mais de 100 ocupações e cortiços na região central do Rio de Janeiro, distribuídos territorialmente conforme Figura 1:



**Figura 1.** Mapa das Ocupações da Zona Central do Rio de Janeiro. (Fonte: elaboração das autoras)

Inicialmente, quanto à tipologia das moradias na área central, a fim de situar o leitor, cabe realizar uma diferenciação entre ocupações e cortiços nas pesquisas que vêm sendo realizadas.

Diante da definição não objetiva do que seja um cortiço, consideramos não apenas as tipologias e características da habitação que são comumente identificadas na literatura especializada. Essa análise se soma à dimensão da exploração do aluguel, e dessa maneira definimos os cortiços como habitações coletivas de quartos com banheiros e/ou cozinhas compartilhadas por moradores, onde a relação social entre moradores (as) e proprietários (as) – ou administradores (as) – está baseada no pagamento do aluguel.

Já as ocupações podem ser definidas pelo uso não autorizado de edificação para a moradia, com ou sem a construção de estruturas próprias de infraestrutura e separação de cômodos e onde não há uma relação de exploração por meio do pagamento de aluguel. As ocupações podem ainda ser classificadas quanto à (i) sua organização, a depender se são articuladas por algum grupo ou movimento social; (ii) grau de precariedade habitacional, a partir de diversos indicadores como a separação de cômodos, saneamento básico, acesso à água potável, acesso à rede elétrica, entre outros; (iii) controle de acesso, se realizado pelos próprios moradores ou por terceiros e (iv) presença de grupos armados.

Apesar das ameaças, a população residente nas ocupações e cortiços da área central do Rio de Janeiro existem e resistem em face de políticas e interesses que pretendem converter o lugar em bairro valorizado da cidade, a partir de estruturas, comércio e serviços que visam atender as classes médias em detrimento dos trabalhadores, em sua maioria ambulantes, que têm na ocupação da área central verdadeira condição de sobrevivência.

O trabalho camelô é regulamentado desde 1992 na cidade do Rio de Janeiro (Lei 1.876/1992). Contudo, apesar do reconhecimento legal, os ambulantes da cidade vivenciam ciclos de repressão, arbitrariedade e violação de direitos humanos por parte do Estado que, na ausência de políticas que assegurem os seus direitos, se intensificam de acordo com as diretrizes de cada governante. A crise econômica agravada pela pandemia do coronavírus, junto à eliminação de

políticas sociais do governo Bolsonaro, indicam o atual crescimento do comércio ambulante, assim como o aumento substancial da população em situação de rua e dos pobres urbanos. Muitos, impossibilitados de continuar a pagar aluguel, buscam abrigos nas ocupações da região central, organizadas ou não por movimentos de moradia, formando redes de sociabilidade e apoio.

Basta uma breve caminhada pelas ruas da cidade para perceber o aumento dos moradores de ocupações, assim como da população em situação de rua e dos/as camelôs. E, não à toa, identifica-se uma confluência das dimensões propostas neste trabalho nos atores que conformam e disputam sua permanência no centro. As visitas, entrevistas e reuniões realizadas em 25 ocupações da região central indicam que a maioria expressiva dos moradores destas ocupações exerce o trabalho ambulante próximo aos seus locais de moradia. Do mesmo modo, as entrevistas com a população em situação de rua da região apontam que parte expressiva dos entrevistados apresenta como atividade principal de sobrevivência o comércio de produtos e serviços nos locais de concentração e grandes fluxos no centro da cidade.

Do mesmo modo, o aumento expressivo do número de pessoas vivendo nas ruas pode ser observado por um cidadão atento que caminhe nas ruas de diversas cidades do Brasil. Títulos de matérias como “Crescimento dos moradores de rua mostra vulnerabilidade cada vez mais exposta” (sobre Londrina, Bonde News/12 de fevereiro de 2018); “Projeto aponta crescimento da população de rua” (sobre Niterói, A Tribuna/06 de junho de 2017); “Pandemia causa aumento na população de rua no Rio de Janeiro, aponta prefeitura” (CNN Brasil/05 de julho de 2021); “População em situação de rua no Brasil cresce 16% de dezembro a maio, diz pesquisa” (CNN Brasil/10 de junho de 2022)” demonstram que esse crescimento extrapola fronteiras, não se restringindo apenas a grandes capitais. Além disso, trabalhos como “Mendigos e vadios na Bahia no século XIX” de Walter Fraga Filho (1994) e “Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX” de Fabiano Rückert (2019) explicitam que o fenômeno pobreza urbana no Brasil - englobando população em situação de rua, moradores de ocupações e ambulantes - tampouco é um fenômeno recente, estando muito presente em nossa história desde o século XIX e possuindo extrema relação com o período da escravidão e o pós-abolição.

Mesmo com tamanha expressividade, o Brasil ainda não produz pesquisa ou contagem oficial a nível nacional da população em situação de rua. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE diz ser inviável realizar a contagem pela falta de uma metodologia única por conta das especificidades e heterogeneidades desta população. Ainda assim, algumas cidades têm realizado censos, como São Paulo<sup>v</sup> e, mais recentemente, o Rio de Janeiro<sup>vi</sup>. O censo do Rio de Janeiro, lançado em janeiro de 2021, constata que 7.272 pessoas estão, atualmente, em situação de rua na cidade. Desses, 2.317 pessoas estão concentradas na zona central.

Ainda que existam legislações - a nível federal e estadual - que estabeleçam políticas destinadas à população em situação de rua, essas não são aplicadas em sua totalidade, possuindo muitas ferramentas que ainda não foram regularizadas<sup>vii</sup>. Soma-se a isso, a ineficiência das políticas públicas voltadas para os grupos em situação de vulnerabilidade social, a ausência de dados oficiais atualizados (ou a produção de dados que são questionáveis, em sua metodologia<sup>viii</sup>), e a falta de proteção a essa população. Há uma grande invisibilização do ponto de vista da política pública no conhecimento e reconhecimento desses grupos. Devemos considerar, no entanto, que a população em situação de rua, os moradores de ocupações, os trabalhadores informais e outros grupos em situação de vulnerabilidade social, se tornam visíveis nas políticas de repressão e criminalização, que visam forçar seus deslocamentos a espaços de menos destaque da cidade, constituídos pelos mais pobres.

#### 4. Violência de Estado: a presença repressiva do poder público em detrimento da ausência e/ou insuficiência de políticas públicas inclusivas

O Rio de Janeiro apresenta ciclos intensos e sistemáticos de violações de direitos aos três grupos aqui analisados: ambulantes, pessoas em situação de rua e moradores de ocupações. No período das transformações urbanas para os megaeventos, os discursos da obsolescência do centro e a necessidade de modernização (lê-se elitização), somaram-se à falta de transparência e diálogo nas decisões, fazendo com que se tornassem questão central de segurança pública aos olhos das autoridades.

Diante desta questão, o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas lançou o Dossiê de Violações ao Direito ao Trabalho e ao Direito à Cidade dos Camelôs no Rio de Janeiro (2015)<sup>ix</sup>, denunciando o descumprimento de direitos previstos às (aos) trabalhadoras (es) camelôs, assim como o Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro (2012)<sup>x</sup>, que envolve temas como moradia, trabalho, entre outros. Posteriormente, o Projeto Morar, Trabalhar e Viver no Centro desdobra essa atividade em uma pesquisa acadêmica realizada conjuntamente com o MUCA (2017- 2019), identificando um Panorama das Condições de Trabalho de Homens e Mulheres no Centro do Rio de Janeiro, com enfoque de gênero. A investigação teve como recorte as áreas indicadas pelo MUCA como de maior concentração e diversidade do comércio ambulante na região.

A realização da primeira fase da pesquisa dos ambulantes teve como precedente o governo Eduardo Paes (2009-2016), que enfatizou o discurso do ordenamento da cidade criando a Secretaria de Ordem Pública (SEOP), apoiada numa doutrina de “tolerância zero” com grande receptividade por parte da sociedade carioca e de parte da mídia brasileira, vide Figura 2.

Domingo 18.6.2017

| Rio |

O GLOBO | 11

### REVITALIZAÇÃO AMEAÇADA

## Ambulantes e moradores de rua se multiplicam

Grupos tomam espaços em região que se estende do Boulevard Olímpico à Praça Marechal Âncora

SELMA SCHMIDT  
selma@oglobo.com.br

der água mineral na fila que se forma diante do Museu do Amanhã. Isso o obriga a adotar



**Figura 2.** “Revitalização ameaçada”. A elitização do espaço e a denúncia dos não convidados. (Fonte: O Globo, 18 de junho de 2017).

No período, destaca-se a criação de um cadastramento do comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro (2009)<sup>xi</sup>, fortemente questionado pelos movimentos de ambulantes da cidade que apontavam ausência de transparência. Subsequente ao cadastramento, ocorre um intenso período de repressão do Estado na fiscalização e ordenamento da rua, praticados pelo Choque de Ordem objetivando “pôr fim à desordem urbana”. O Choque de Ordem atuava similarmente para remover a população em situação de rua das calçadas e ruas da cidade e, de forma truculenta na maior parte das vezes, promovendo uma série de internações compulsórias. As matérias de jornal do ano de 2009 associavam constantemente população em situação de rua e



trabalhadores ambulantes, vide Figura 3, visto que esses grupos eram tratados de forma igualitária pela SEOP: com extrema violência.

12 O GLOBO Domingo, 4 de janeiro de 2009

**RIO**

**CHOQUE DE ORDEM**



Jorge Williams

**NA RUA** da Quitanda, no Centro, Kombis viram depósitos de camelôs



Selma Schmidt

**UM BARCO** é anunciado para venda numa calçada de Campo Grande



Selma Schmidt

**UM CARRO DA** polícia usado no Pan, 'depenado', próximo à 35ª DP

# Mendigos na mira da prefeitura

Secretário diz que não vai permitir que população de rua acampe e durma em áreas públicas

Jorge Williams

**Carro da polícia 'depenado'**

Na semana em que Eduardo Paes assumiu a prefeitura, flagrantes de desordem urbana podiam ser vistos em todas as cinco áreas de Planejamento (APs) da cidade. Da Zona Sul à Zona Oeste — passando pela Zona Norte, pelo Centro e pela Barra —, havia problemas, grande parte deles crônicos. Em bairros de classe média alta, como a Lagoa Rodrigo de Freitas, mendigos eram vistos sob o viaduto e o canteiro em frente ao Corte de Cantagalo. Ainda na Zona Sul, na orla da Glória e do Flamengo havia pelo menos 53 mendigos na tarde de segunda-feira. Na Glória, próximo à Praça Paris, um grupo conversava com turistas.

Na quarta-feira, até um carro da polícia usado durante os Jogos Pan-Americanos (número 10.675) foi flagrado sobre a calçada da Rua Maria Teresa, junto à 35ª DP (Campo Grande), "depenado". Também em Campo Grande, um barco era anunciado para venda na calçada da Estrada do Cabuçú.

Ainda na Zona Oeste, em Realengo, paletes (estrados de madeira utilizados para o transporte de cargas) eram encontrados na Avenida Brasil, até mesmo dentro de um posto de gasolina desativado. Nesse trecho da via, são comuns também ferros-velhos ocupando as calçadas.

Os abusos cometidos por motoristas de vans e Kombis, regulares ou piratas, são outro problema crônico, especialmente na Zona Oeste. Num ponto da Rua Marechal Dantas Barreto, em frente ao West Shopping, em Campo Grande, veículos não credenciados dividem as vagas com os autorizados a fazer transportes alternativo.

Já no Centro, às 16h15m de segunda-feira, cinco Kombis velhas estavam paradas no trecho da Rua da Quitanda em frente ao terminal Menezes Cortes, servindo de depósito para os camelôs que tem barracas instaladas na calçada, para vender comida — inclusive fritura, o que é proibido pela legislação —, óculos de sol e material de magia.

— Esses carros velhos não saem daí. Ficam estacionados dia e noite e ninguém faz nada. E não é de hoje que isso acontece — revela o contínuo Marco Antônio Peretra, que trabalha perto dali.

Ainda no Centro, na Avenida Almirante Barroso, a desordem também era evidente. Junto à Avenida Presidente Antônio Carlos, num ponto de táxi para quatro veículos, havia 11 às 16h30m de segunda-feira, alguns deles em fila dupla. O lugar se consagrou com área de estacionamento irregular, inclusive para automóveis de passeio, cujos motoristas deixam as chaves com flanelinhas.

— Os flanelinhas ficam com as chaves e, quando aparece um policial ou guarda, tiram o

carro dali. Nunca fui multado — conta um motorista acostumado a usar o serviço irregular.

Mais adiante, ainda na Almirante Barroso, na esquina com a Rua do México, de segunda a sexta-feira uma Kombi fica estacionada para vender cachorro-quente. O veículo, com a porta traseira aberta, ocupa uma vaga na rua, atrapalhando o trânsito.

## Camelôs na passarela

Na Avenida Marechal Floriano, também no Centro, mais problemas. Só no trecho entre as ruas da Conceição e dos Anilinos, na segunda-feira, churrasquinho era vendido na calçada, uma lanchonete instalou mesas e cadeiras em frente ao estabelecimento e, na pista, os motoristas tinham que driblar um buraco.

— Esse buraco tem mais de 15 dias. Cada vez aumenta mais — diz Carlos Alan de Deus, que trabalha numa loja da Marechal Floriano.

O Beco da Sardinha, entre a Marechal Floriano e a Rua do Acre, é outro exemplo de desordem. O calçadão é ocupado por mesas e cadeiras, cobertas por plástico azul. Junto à Rua do Acre, sacos plásticos largados com restos de comida são revirados por moradores de rua.

— Os restaurantes deixam esses sacos com sobras de comida na calçada. Os mendigos ca-

tam e levam embora o que querem — conta o gerente de uma loja vizinha, sem se identificar.

No trecho da Avenida Brasil na Zona Norte, chama a atenção a ousadia de camelôs. Retirados da passarela em frente à Vila do João, eles começaram a ser instalados de novo no lugar. No Leblon, camelôs insistem em ocupar a esquina da Avenida Ataulfo de Paiva com a Carlos Góis.

Segundo a vereadora Aspásia Catargo (PV), que presidiu a CPI do "legal. E daí?" — inspirada numa série do GLOBO —, para serem resolvidos, alguns problemas de desordem urbana dependem de vontade política dos governantes. Outros necessitam de mudanças na legislação de posturas.

— Propus uma lei à Câmara de Vereadores que fixa, nas calçadas, um mínimo de dois metros de largura livres para a circulação. A calçada tem de ser um bem de uso público e não um bem pessoal — afirma Aspásia. — Estou preparando um outro projeto que trata do ruído. A ideia é que qualquer reclamação de vizinhos quanto a barulho implique a proibição de um estabelecimento de funcionar. Todos têm que possuir proteção acústica adequada. ■

**TURISTAS CONVERSAM** com um grupo de mendigos junto à Praça Paris, na Glória: a prefeitura estima que cerca 2.300 pessoas vivam nas ruas da cidade

**O GLOBO** NA INTERNET  
Seu bairro tem problemas com moradores de rua? Conte para a gente [globo.com.br/rio](http://globo.com.br/rio)

Figura 3. Reportagem sobre população em situação de rua e camelôs (Fonte: O Globo, 4 de janeiro de 2009).

Os resultados do Panorama das Condições de Trabalho de Homens e Mulheres no Centro do Rio de Janeiro apontam que desde 2009, com o Choque de Ordem, a Prefeitura sob comando de Eduardo Paes, criminaliza e tenta expulsar das regiões centrais e da Zona Sul da cidade, trabalhadores ambulantes e a população em situação de rua, como ilustram as reportagens: "Manifestantes protestam contra choque de ordem da Prefeitura do Rio" (O Globo/13 de março

de 2009) e “Choque de Ordem retira 46 moradores de rua no Centro e Zona Sul” (O Globo/01 de novembro de 2011).

Com o término do governo Eduardo Paes, no governo sucessor do Marcello Crivella (2017-2020) há uma diminuição da repressão da Prefeitura aos camelôs, sem, no entanto, se desenvolverem políticas de proteção aos seus direitos ou a promoção de melhores condições de trabalho na rua. Como consequência, observa-se a partir do recente retorno do Prefeito Eduardo Paes ao governo municipal (2021) uma nova onda de repressão, violência, apreensão de mercadorias e atos arbitrários por parte da Guarda Municipal, que tem novamente como alvo os três grupos aqui analisados. A volta de Eduardo Paes à Prefeitura e o projeto do Reviver Centro<sup>xii</sup> retomam as violências recorrentes contra esses grupos sociais, retirando-os de locais a serem especulados no Centro do Rio de Janeiro. No caso da população em situação de rua, as violências não ocorrem apenas por agentes do estado (Comlurb, Guarda Municipal, Polícia Militar, por exemplo), mas também por outros agentes da sociedade civil, como seguranças de locais privados.

No cotidiano das relações sociais o dado racial se apresenta vigorosamente como regulador da configuração espacial. Logo, é indispensável destacar que a maioria dos moradores das ocupações e das pessoas em situação de rua que trabalham como ambulantes no centro da cidade do Rio de Janeiro são pessoas negras. Diante das denúncias históricas e recorrentes de violação de direitos por parte dos agentes do Estado, que incluem violência física, abuso moral e apropriação indevida de mercadorias (mesmo quando o camelô dispõe de nota fiscal), os debates e as tentativas sistemáticas de armamento da Guarda Municipal indicam quem será o alvo principal com a eventual aprovação desta medida, que se apresenta como projeto de lei.

No caso dos moradores de ocupações, as ações do estado também são violentas e cresceram nos últimos anos, mesmo com o período da pandemia e a campanha do “Fique em Casa”. As múltiplas violências são perpetradas por agentes do estado com anuência do judiciário<sup>xiii</sup> - como nos casos de retirada dos moradores de imóveis ocupados durante a pandemia. A reportagem “Justiça cumpre reintegração de posse em imóvel invadido no centro do Rio” (Folha/2020)<sup>xiv</sup> conta o caso de Thaís, que era ambulante e por conta da pandemia perdeu sua fonte de renda, tendo ido morar na ocupação em questão. E, em sendo expulsos, ela e 28 famílias que ocupavam o imóvel, ficam, ao menos temporariamente, em situação de rua. Entre muitos casos semelhantes, a pesquisa do Grupo Direito à Cidade nos leva a observar os entrelaçamentos vivenciados pelos grupos analisados. Contudo, não se trata apenas de características analíticas comuns, como o tratamento dado pelo Estado a esses grupos. Podem ser observadas trajetórias de vida que se entrelaçam, caminhos que se cruzam, pessoas que às vezes são moradoras de ocupações e trabalham como camelôs, outras que encontram-se em situação de rua e trabalham como ambulantes, e também camelôs que já estiveram em algumas dessas situações, mas hoje não estão mais. Casos que denotam as faces da pobreza urbana no Centro do Rio de Janeiro.

## 5. Conclusão

As experiências de pesquisa apresentadas retratam um esforço das autoras de analisar, de forma multidimensional, os processos em curso na região central da cidade do Rio de Janeiro. A partir dos trabalhos de pesquisa do grupo Direito à Cidade, cabe destacar como se inter-relacionam as dimensões do morar, trabalhar e viver no centro da cidade perpassando as dimensões da invisibilidade e violências de estado. O reconhecimento de que estes grupos estão intrinsecamente conectados impossibilita uma análise individual sob pena de promover uma adaptação da realidade para as “gavetas” metodológico-científicas. É urgente a reflexão sobre uma nova forma de fazer pesquisa sobre estes territórios, que valorize as trajetórias e dobras, e não apenas o uso de categorias e marcos analíticos pré-selecionados.

Em nossas incursões em campo foi possível tomar conhecimento de pessoas em situação de rua que passaram a viver em ocupações, assim como o sentido oposto a partir de medidas de despejo e remoção. Foi possível perceber que grande parte dos moradores de ocupações trabalham como ambulantes, de forma fixa ou esporádica para obter algum recurso que garanta necessidades básicas emergenciais, com essa realidade se estendendo para as pessoas em situação de rua. Além disso, foi possível identificar trabalhadores ambulantes que dependem das ocupações para pernoites ou para guarda de seus carrinhos e materiais.

Da pesquisa realizada até o presente momento, ressaltam-se alguns pontos acerca do perfil da população em situação de rua, que é formada majoritariamente por homens negros na faixa de 30 a 50 anos. No Rio de Janeiro, das 7.272 pessoas, 5.871 são homens e, desses, 4.410 pretos ou pardos, com idade média de 39,7 anos<sup>xv</sup>. No entanto, há que se considerar a heterogeneidade da população em situação de rua, visto que as pessoas estão nas ruas por motivos diversos, seja por vícios em substâncias como álcool ou drogas, seja por perda dos vínculos familiares, por problemas de saúde mental, entre outros. Por esse motivo, reforçamos que as políticas públicas que temos hoje voltadas a essa população não são suficientes para lidar com a questão. Na elaboração de políticas públicas para a população em situação de rua, bem como na sua execução, deve ser prioridade a integração entre os temas da moradia, do trabalho, da assistência social, da saúde, da segurança, entre outras áreas. No censo de população de rua do Rio de Janeiro, ao serem perguntados sobre formas de ganhar recursos, 26% afirmam que são ambulantes ou trabalhadores informais.

No panorama das ocupações do centro, evidencia-se que as 58 moradias sistematizadas pela pesquisa abrigam cerca de 2.205 pessoas<sup>xvi</sup>. Muitas delas quando perguntadas sobre suas trajetórias habitacionais relatam ter vivido remoções anteriores, em outros imóveis também no Centro da cidade. Destaca-se também a predominância de mulheres negras, mães solteiras, identificadas como lideranças desses espaços, que podem ou não ter a presença de grupos de poder paralelo como tráfico ou milícias.

Em nossa pesquisa, entrevistamos Jusélia, uma mulher negra, de 36 anos, que mora nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Já foi “chapeira”, trabalhava com carrocinha de comida, até o momento em que teve um problema de saúde causado pelo calor da chapa e precisou parar de trabalhar. Além disso, Jusélia informa já ter tido um imóvel em bairro afastado do Centro da cidade do Rio de Janeiro, mas que foi invadido pela milícia. Jusélia passava muito tempo fora de casa por conta de seu trabalho e pelo fato de ser no Centro da cidade, o que demanda muitas horas de deslocamento. Foi morar em uma ocupação no Centro do Rio, mas não se adaptou devido à presença do tráfico, e preferiu ir morar nas ruas, afirmando se sentir mais segura.

Os grupos aqui retratados possuem demandas sociais urgentes, que não se referem à temática da política de segurança pública e não se resolvem armando ainda mais os agentes de segurança, numa cidade que se propõe a ser cada vez mais militarizada e sitiada por grupos de controle territorial armados. É preciso políticas sociais inclusivas que considerem suas trajetórias profissionais e de moradia, que permeiam as demais dimensões da vida (lazer, relações afetivas, vizinhança, memórias, facilidade de acesso aos equipamentos públicos, entre outras) e apontam para a necessidade de permanência no Centro, reconhecendo a vitalidade e importância da região central como local privilegiado de reprodução das classes populares, que historicamente ali permanecem.

As interseções entre as temáticas aqui apontadas apontam para necessidade de políticas multissetoriais: (i) que incidam sobre a moradia, com a criação de políticas de habitação de interesse social na região central que atenda aos moradores de ocupações e de cortiços que ali vivem; (ii) sobre o trabalho, com a realização de um cadastramento do comércio ambulante realizado em diálogo com a categoria para eventual organização da rua, que garanta proteção e o direito ao trabalho para os (as) trabalhadores (as) ambulantes, impedindo que os ciclos de opressão sejam perpetuados tendo como discurso a necessidade de ordenamento do espaço

público<sup>xvii</sup>; (iii) e que a população em situação de rua seja contemplada como grupo prioritário de políticas públicas de trabalho, moradia, assistência social e saúde de forma integrada. Isto posto, busca-se que o poder público cumpra o papel de assegurar dignidade e cidadania aos pobres urbanos, tendo como foco os grupos mais vulnerabilizados e que reivindicam o direito de ocupar o centro como local de moradia, trabalho e vida, em contraposição a lógica de ordenamento e a criação de programas excludentes de recuperação urbanística.

## 6. Referências

BECKER, H. S. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

CENSO de População em Situação de Rua no Rio de Janeiro 2020. Disponível em <<https://psr2020-pcrj.hub.arcgis.com/pages/resultados>>

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: do capitalismo à esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. v. 1.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e vadios na Bahia no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 1994.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n.49, p. 11-29, 2002.

PESQUISA censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Disponível em <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209\\_SMADS\\_SP.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf)>

RIBEIRO, Bruna. **Cortiços de Hoje na Cidade do Amanhã: Invisibilidade e despossessão**. Dissertação-Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2017. 146f.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. **Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospecção bibliográfica**. IN: CARDOZO, José Carlos da Silva. [et al.] (Orgs.). **Histórias da Pobreza no Brasil**. Rio Grande: FURG, 2019.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; WERNECK, Mariana; RIBEIRO, Bruna Cardoso; MOREIRA, Maira de Souza; LACERDA, Larissa. **Os Cortiços na área Central do Rio de Janeiro: inviabilidade, heterogeneidade e invisibilidade**. 2019. (Relatório de pesquisa).

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; WERNECK, Mariana; RIBEIRO, Bruna Cardoso; VIAL, Yago de Ávila; LACERDA, Larissa; LOURDES, Maria de. **Camelôs: Panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no Centro do Rio de Janeiro**. 2019. (Relatório de pesquisa).

WERNECK, Mariana da Gama e Silva. **Porto Maravilha: agentes, coalizões de poder e neoliberalização no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2016.

---

<sup>i</sup> A missão do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro foi mobilizar uma ampla rede de organizações sociais, movimentos populares, sindicatos, órgãos de defesa de direitos e controle do orçamento público, universidade, com protagonismo das comunidades direta e indiretamente afetadas, para monitorar as intervenções públicas e privadas e articular ações integradas contra os impactos adversos da realização dos

megaeventos esportivos na cidade. O grupo produziu Dossiês que apontavam as violações de direitos humanos no Rio de Janeiro, alcançando ampla visibilidade e participando da produção dos dossiês nacionais.

ii A rede de pesquisa “Observatório das Metrôpoles” reúne instituições e pesquisadores dos campos universitário, governamental e não-governamental, em várias cidades brasileiras. As equipes vêm trabalhando sobre metrôpoles e aglomerações urbanas identificando tendências convergentes e divergentes geradas pelas transformações econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas por que passa o país nos últimos 20 anos. As atividades de pesquisa do Observatório das Metrôpoles têm se beneficiado de apoios das agências de fomentos nacionais, particularmente do CNPq, através do programa PRONEX, do programa Instituto do Milênio (2006-2008) e do Programa INCT (2009-2014). O projeto Morar, Trabalhar e Viver no Centro, e as pesquisas por ele desenvolvidas foram financiadas com o apoio da Ford Foundation.

iii Definido pelo autor como o olhar do poder hegemônico sobre a produção da cidade.

iv Isso está sendo feito através de uma vaquinha virtual e doações espontâneas.

v Os censos da população em situação de rua de São Paulo estão disponíveis em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/observatorio\\_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626)

vi Disponível em: <https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-2020-1/explore>

vii A título de exemplo, atualmente é luta do Fórum Popular de Pessoa Adulta em Situação de Rua a regularização e implementação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a população em situação de rua no Estado, prevista na Lei estadual nº 9302/2021, que institui a política estadual de população em situação de rua.

viii Grupos que trabalham ativamente com população em situação de rua, de forma regular, questionam a sua não participação na elaboração da metodologia e na aplicação da contagem de pessoas em situação de rua para o censo. Além disso, pessoas em situação de rua questionam os números, afirmando que há mais pessoas em situação de rua do que o divulgado no censo.

ix Disponível em: [https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2019/08/dossie\\_camelos\\_rj\\_2014.pdf](https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2019/08/dossie_camelos_rj_2014.pdf)

x Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5e-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>

xi O endereço eletrônico para visualização do cadastramento pode ser acessado aqui: [http://www0.rio.rj.gov.br/pcrj/destaques/ordem\\_publica\\_ambulantes.htm](http://www0.rio.rj.gov.br/pcrj/destaques/ordem_publica_ambulantes.htm)

xii Para mais informações sobre o projeto Reviver Centro, consultar: [l1nq.com/revivercentro](http://l1nq.com/revivercentro)

xiii Os casos de remoções e ameaças de remoções na cidade são melhor apresentados no relatório do Panorama de Conflitos Fundiários- 2019- 2020 que pode ser acessado em:

[https://forumreformaurbana.org.br/wp-content/uploads/2021/12/PanoramaConflitos\\_2019-2020.pdf](https://forumreformaurbana.org.br/wp-content/uploads/2021/12/PanoramaConflitos_2019-2020.pdf)

xiv Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/justica-cumpre-reintegracao-de-posse-em-imovel-invadido-no-centro-do-rio.shtml>

xv Segundo observação de grupos que trabalham com população em situação de rua, após a pandemia, o perfil da população teria mudado, considerando mais mulheres e crianças morando nas ruas do que no período pré-pandemia. Essa informação ainda não pôde ser confirmada por falta de dados oficiais.

xvi Temos informações de 57 ocupações, e de uma não conseguimos obter o número de famílias até o momento, apontando que esse número é ainda maior.

xvii Em 2018 uma nova proposta de cadastramento, novamente sem diálogo com a categoria, foi realizada na gestão Marcelo Crivella. A proposta integrava o Programa Ambulante Legal que pretendia, mais uma vez com base no discurso do ordenamento dos bairros da cidade, regulamentar os pontos do comércio ambulante, tal como estabeleceu o decreto municipal 44.838/2018 publicado em agosto do mesmo ano. Para mais informações sobre as debilidades da resolução acessar: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/camelos-do-centro-do-rio-podem-viver-novo-choque-de-ordem/>